

Inadimplência de longo prazo é a mais alta desde o início da pandemia

Conjuntura Quase metade dos endividados está com pagamento em atraso faz mais de 90 dias, aponta levantamento da CNC

Inadimplência de longo prazo é a maior desde início da pandemia

Alessandra Saralva
Do Rio

A inadimplência de longo prazo piorou em outubro e é a maior desde março de 2020, no começo da pandemia. A fatia de endividados que estão inadimplentes há mais de 90 dias, dentro do total de pessoas com pagamento em atraso, ficou em 48,5% no mês passado, segundo recorte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) com exclusividade ao Valor. O estudo aponta ainda que o tempo médio de pagamento de dívidas com atraso foi de 64,2 dias em outubro — o mais elevado desde os 64,4 dias de novembro de 2019. Já a parcela dos que não têm condições de pagar as dívidas ficou em 13% do total de inadimplentes, maior patamar da pesquisa, iniciada em 2010 e que teve aproximadamente 18 mil consumidores em todo o país.

Especialistas acreditam que os indicadores médios de inadimplência e de endividamento podem melhorar com medidas como o Desenrola Brasil, programa de renegociação de dívidas do governo federal. Mas, para eles, a solução para os insolventes de longo prazo é mais complexa e envolve melhor educação financeira e menor oferta de linhas de crédito com limites muito acima da renda do tomador de empréstimo.

Juros de mercado ainda em patamar elevado, aliados a pouco es-



"Muitos se endividaram fortemente no pós-pandemia"
Izis Ferreira

paço no orçamento para quitar débitos, foram determinantes para o atual cenário, de acordo com especialistas ouvidos pelo Valor. E fazem alerta: o problema não é de fácil resolução a curto prazo.

"Muitos se endividaram fortemente no pós-pandemia", diz Izis Ferreira, economista da CNC, responsável pelo recorte da Peic. A crise econômica originada da covid-19, iniciada em 2020, causou perda de renda contínua nos anos seguintes, lembra ela. A inflação

também subiu. Em abril do ano passado, o IBCA atingiu 12,13% em 12 meses, a maior variação para mês de abril desde 1996. Os preços em alta deixaram cada vez menos espaço no orçamento para quitar dívidas ao longo do ano passado. E não havia ainda recuperação de renda originada do mercado de trabalho, acrescenta Ferreira.

Assim, os brasileiros se voltaram cada vez mais ao crédito para quitar obrigações, explica a especialista. Essa "bola de neve" de rotar dívidas continuou neste ano. No entanto, com o passar do tempo, os juros foram subindo. De agosto de 2022 a junho de 2023 a taxa básica de juros (Selic) ficou em 13,75% ao ano, o maior patamar desde 2017.

"A inadimplência tem muito a ver com taxa de juros", completa Nicolas Borsoli, economista-chefe da Nova Futura Investimentos. O

Banco Central começou a reduzir a Selic no segundo semestre deste ano, mas, para Borsoli, esses cortes ainda não chegaram à economia real. O juro real do país, que é Selic descontada a inflação projetada em 12 meses, ainda opera na faixa de 6% ao ano, diz o economista.

Ao ser questionado sobre perspectivas de melhora nesse quadro, Borsoli pondera que, mesmo com o Desenrola Brasil em curso, a parcela de famílias na Peic sem condição de pagar seus créditos subiu.

A oferta de cartão de crédito de limite alto a clientes com pouca capacidade de pagamento ajudou a piorar a situação, complementa Luciano Costa, economista-chefe da Monte Bravo Investimentos. Para ele, o atual quadro de inadimplência tem muito a ver com essa oferta de "produtos arriscados" pelos bancos. "Leve piora nas carterias e aumento de inadimplência" diz. "Desde então, os bancos diminuíram algumas concessões de linhas mais arriscadas."

Porém, muitas pessoas ainda lidam com esses débitos, de linhas arriscadas acessadas no pós-pandemia, alerta Thiago Bastilo, subcoordenador do núcleo de defesa do consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Estado do Rio.

No entendimento de Bastilo, o perfil de cartão de crédito como modalidade de empréstimo causa "efeito cascata de endividamento de longo prazo". A opção de pagamento mínimo, lembra, permite que se role dívida, a juros altos e é, segundo ele, o primeiro passo para o começo de inadimplência.

Endividados por mais tempo

Cresce tempo de pagamento de dívidas em atraso

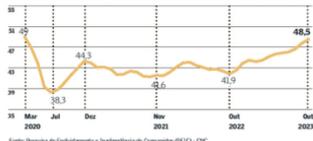
Tempo médio de pagamento de dívidas em atraso (dias)



Mais de 90 dias de atraso

Fatia de inadimplentes de longo prazo é a maior em quase quatro anos

Inadimplentes acima de 90 dias no total de endividados inadimplentes (%)



Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - CNC

Mas não foram somente juros elevados que causaram a situação, acrescenta Lauro Gonzalez, coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV EAESP. Para ele, a contumeliosidade de parcela expressiva de pessoas em inadimplência de longo prazo foi impulsionada por combinação de três tópicos.

O primeiro é o ambiente macroeconômico. Durante muito tempo, a ausência de reação mais expressiva no mercado de trabalho, em cenário de inflação alta, diminuiu espaço no orçamento das famílias para qualquer tipo de despesa. Isso inclui o pagamento de dívidas. O segundo é o mesmo citado por outros especialistas: oferta de crédito, no passado, com potencial de inadimplência elevada. E o terceiro é a ausência de educação financeira mais avançada.

"As pessoas passaram a consumir crédito como forma de tapar buracos na renda, para fechar orçamento do dia a dia", diz.

Para tornar o atual quadro menos desfavorável, Gonzalez defende solução articulada, que envolveria "ética maior na oferta de serviços financeiros", em ambiente macroeconômico propício, com economia em alta e maior abertura de vagas.

Outro ponto destacado por ele é a melhor educação financeira, também defendida por Rodolfo Margato, economista da XP. "O comprometimento de renda [mensal] das famílias com serviço de dívida, divulgado mensalmente pelo BC, antes da pandemia era 22%; e recentemente, 30%", acrescenta. Na Peic de outubro, essa fatia foi de 30,3%, a maior desde novembro de 2022 (30,4%).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 3